

## ECOCÍDIO FLORESTAL: O USO DA TECNOLOGIA NO COMBATE ÀS VIOLAÇÕES AMBIENTAIS E FLORESTAIS

Jeiel de Jesus Guedes<sup>1</sup>; João Carlos Fernandes Conceição<sup>2</sup>; Marcella Vitória dos Santos de Almeida<sup>3</sup>; João Paulo Fernandes Conceição<sup>4</sup>

<sup>1</sup>Graduando em Direito, UNIMAM, jeielguedes77@gmail.com; <sup>2</sup>Graduando em Direito, UNIMAM, joaoprogram44@gmail.com; <sup>3</sup>Graduanda em Direito, UNIMAM, vitoriacyly16@gmail.com; <sup>4</sup>Graduando em Direito, UNIMAM, fernandes.digitalkw@gmail.com.

A floresta amazônica é, sem dúvida, a maior mata atlântica do mundo. Ela corresponde a cerca de 49% do território brasileiro, um total de 6.700.000 km<sup>2</sup>. Além disso, nela estão contidas incontáveis riquezas naturais. Segundo o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), a área de floresta desmatada da Amazônia Legal, em 2022, foi a maior dos últimos 15 anos, posto que, somadas com as explorações ilegais, representa dados alarmantes. Este trabalho tem como objetivo geral, analisar e discutir quais são os principais meios pelos quais a impunidade em relação à exploração criminosa dos recursos da floresta (desmatamento ilegal, garimpo ilegal, tráfico de animais) ainda prospera no Brasil. Igualmente, busca-se identificar quais as principais contribuições que a tecnologia tem dado para a melhor fiscalização da extensa mata; como os novos avanços tecnológicos podem contribuir, ainda mais, para pôr fim ao Ecocídio que ainda triunfa sobre a fauna e a flora Brasileira; além de apresentar os principais meios legais para uma efetiva aplicação punitiva aos infratores, de modo a evitar que a omissão da lei produza - de maneira vasta - o sucateamento e desmantelamento do meio ambiente, em favor da legitimação dos métodos indevidos de obtenção e produção de bens no Estado Brasileiro. Trata-se de uma pesquisa descritiva que expõe a assustadora realidade, na qual está inserida a biodiversidade nacional, e a todos os inquilinos da “mãe natureza”. Para tanto, será necessário realizar pesquisas em sites oficiais, livros, revistas, artigos e teses que tratem sobre as referidas tecnologias e práticas, elaborando-se uma revisão bibliográfica sobre o material, partindo, em sequência, para a análise da legislação vigente confrontando com a realidade de maneira crítica. Como resultado do estudo, propõe-se a elaboração de um projeto de lei com o intuito de regulamentar e disseminar a fiscalização ambiental de maneira mais ampla e eficaz, impondo para tal a necessidade de uso das ferramentas tecnológicas mais recentemente produzidas, para que até mesmo os pequenos delitos não saiam impunes.

**Palavras-chave:** Meio Ambiente. Exploração Ilegal. Ecocídio. Fiscalização Ambiental. Aplicação Punitiva.